

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 8\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 6\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescido de 20%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País	250\$00	130\$00
Para o estrangeiro	450\$00	370\$00
AVULSO: por cada duas páginas	2\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos de verão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

AVISO

Torna-se público que foi adiada de 19 de Março de 1976, para 9 de Abril de 1976, a 3.ª Sessão da Assembleia Nacional Popular a que se refere o *Boletim Oficial* n.º 10, de 6 de Março de 1976, com a mesma ordem do dia.

Assembleia Nacional Popular, na Praia, 1 de Abril de 1976. — O Secretário, *Luís Fonseca*.

SUMARIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto-Lei n.º 30/76:

Dá nova designação ao Gabinete de Estudos e Formação de Quadros do Ministério de Educação, Cultura, Juventude e Desportos, indica os departamentos que integram a Direcção Nacional da Educação e a composição da Direcção de Pessoal de Administração Escolar.

Decreto-Lei n.º 31/76:

Interpreta o artigo 1.º do Decreto n.º 5-A/75, de 23 de Julho.

MINISTÉRIO DE ECONOMIA:

Despacho:

Autorizando a instalação de uma oficina de carpintaria mecânica na cidade do Mindelo, Chã de Monte Sotego.

Despacho:

Determinando medidas relativas à venda de milho pela EMPA.

Despacho:

Declarando de utilidade turística o «Hotel Atlântico» situado na Ilha do Sal.

Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública

Ministério da Defesa e Segurança Nacional

Polícia de Ordem Pública.

Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

Direcção Nacional de Educação.

Ministério das Obras Públicas:

Direcção Nacional das Obras Públicas.

Ministério da Justiça:

Repartição de Gabinete.

Conselho Nacional de Justiça.

Contas e balancetes diversos

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 30/76

de 3 de Abril

O Decreto-Lei n.º 4/75, de 23 de Julho e o Decreto n.º 7-I/75, de 10 de Setembro instituem os órgãos do Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos e os departamentos da Direcção Nacional da Educação;

O primeiro diploma, no seu artigo 2.º, alínea c) constituiu os órgãos do Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos e o segundo os da Direcção Nacional de Educação, que necessitam de actualização. Revela-se ainda indispensável a criação de uma entidade que, junto da Direcção Nacional, possa coordenar os problemas do ensino primário nas Ilhas de Barlavento;

Assim:

No uso da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O Gabinete de Estudo e Formação de quadros passa a ser designado Gabinete de Estudos e Orientação Pedagógica, devendo a sua competência e atribuições ser regulamentadas em diploma especial.

Art. 2.º Integram a Direcção Nacional de Educação:

- a) Direcção de Pessoal e Administração Escolar;
- b) Departamento do Ensino Primário de Barlavento;
- c) Departamento do Ensino Primário de Sotavento;
- d) Departamento de Acção Social Escolar;
- e) Departamento de Educação Extra-Escolar;
- f) Departamento do Ensino Secundário e Bolsas de Estudo.

Art. 3.º A Direcção de Pessoal e Administração Escolar tem a seguinte composição:

- a) Departamento de Equipamento e Material Escolar;
- b) Departamento do Pessoal e Controlo Administrativo.

Art. 4.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor. Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Pedro Pires — Silvino da Luz — Oivaldo Lopes da Silva — Herculano Vieira — Carlos Reis — Amaro da Luz — Manuel Faustino — Silvino Lima — David Hopffer Almada.

Promulgado em 17 de Março de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Para ser presente à Assembleia Nacional Popular.

Decreto-Lei n.º 31/76

de 3 de Abril

Havendo necessidade de interpretar autenticamente o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 5-A/75, de 23 de Julho de 1975.

No uso da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 15.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, de 5 de Julho de 1975, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Para efeitos do disposto no número 2 alíneas a) e b) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 5-A/75, de 23 de Julho as fracções de tempo inferiores a ano completo são proporcionalmente indemnizáveis, salvo a disposição do número seguinte.

2. Conta-se como ano completo qualquer fracção do 2.º ano de actividade do trabalhador, para efeitos do disposto na alínea b) do número 2 do artigo 1.º a que se refere o número anterior.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor com efeitos retroactivos à data de 23 de Julho de 1975.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

Pedro Pires. — Abílio Duarte. — Silvino da Luz. — Oivaldo Lopes da Silva. — Carlos Reis. — Herculano Vieira. — Amaro da Luz. — Manuel Faustino. — Silvino Lima. — David Almada.

Promulgado em 31 de Março de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Para ser presente à Assembleia Nacional Popular.

—oSo—

MINISTÉRIO DE ECONOMIA

Despacho

Oivaldo dos Reis Semedo, natural da ilha de S. Nicolau, residente na cidade do Mindelo;

Autorizado em seu nome ou de uma sociedade a constituir, a instalar na cidade do Mindelo, Chã de Monte Sossego, em edifício já construído para o efeito e devidamente autorizado, uma carpintaria mecânica, ficando o estabelecimento sujeito a regulamentação vigente relativa a higiene, segurança, salubridade, comodidade, rigidez ou toxicidade das instalações industriais.

Ministério de Economia, 27 de Março de 1976. — O Ministro, *Oivaldo Lopes da Silva.*

Despacho

Têm chegado às instâncias governamentais inúmeras queixas quanto à venda pela EMPA de milho em grau avançado de deterioração ou de milho quebradiço, de baixo rendimento, se a intenção é a confecção da cachupa, prato base da dieta do nosso Povo.

Havendo necessidade de dar escoamento a todo o milho existente nos armazéns da EMPA, sem, no entanto, lezar os legítimos interesses do consumidor,

Determino,

1. A EMPA tomará todas as medidas necessárias à venda rápida do milho deteriorado, à razão de 1\$ o quilo; A EMPA fará sempre constar que esse milho é impróprio para o consumo humano e que se destina à alimentação do gado.

2. O preço do milho WF₂ e YD₂ é rebaixado para 3\$00 o quilo; O preço do milho WF₁ e YD₁ mantem-se por enquanto, inalterado.

Ministério de Economia, 30 de Março de 1976. — O Ministro, *Oswaldo Lopes da Silva*.

Despacho

Considerando que o Hotel Atlântico, estabelecido na Ilha do Sal, constitui actualmente património do Estado;

Tendo em conta que a referida unidade hoteleira representa uma infraestrutura turística básica na área de implantação do «Aeroporto Internacional Amílcar Cabral» e que o seu funcionamento em novas instalações exige a importação de materiais e utensílios, por forma a poder funcionar em boas condições;

Assim, mostrando-se conveniente instituir para aquela unidade um regime de facilidades habitualmente concedidas a actividades similares, nos termos do artigo 11.º da Lei n.º 2 073, de 23 de Dezembro de 1954, tornada extensiva a Cabo Verde pela Portaria n.º 17 673, de 14 de Abril de 1960, declaro de utilidade turística o «Hotel Atlântico», situado na ilha do Sal, com os efeitos legais decorrentes.

Ministério de Economia, 31 de Março de 1976. — O Ministro, *Oswaldo Lopes da Silva*.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública

Despacho do camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 25 de Março:

Domingos Mendes, 3.º oficial da Direcção Nacional de Educação — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde Distrital de Sotavento, emitido em sua sessão de 11 de Março findo, que é do teor seguinte:

«O examinado sofre de doença que o torna incapaz de continuar a trabalhar, devendo contudo, continuar em tratamento ambulatorio».

Despacho do Camarada Director, por delegação do Camarada Primeiro Ministro:

De 30 de Março de 1976:

Conta, como abaixo se indica, o tempo de serviço prestado à Administração Pública, pelos seguintes funcionários:

Para efeitos de aposentação:

	À Administração Pública Colonial Portuguesa, com a inclusão de 1/5			Ao Estado de Cabo Verde:		
	A	M	D	A	M	D
Maria José dos Reis Benchinol, 2.º oficial da Direcção Nacional de Educação	17	2	28	—	—	27

	A	M	D	A	M	D
Patrício Maria Pereira, professor de pos.º escolar, contratado da Direcção Nacional de Educação	36	9	10	—	2	4
Mateus Aurora de Pina, professor de pos.º escolar, contratado da Direcção Nacional de Educação	28	—	16	—	—	—

De 31:

Conta, como abaixo se indica, o tempo de serviço prestado à Administração Pública, pelos seguintes funcionários: Para efeitos de aposentação:

	À Administração Pública Colonial Portuguesa, com inclusão de 1/5:			Ao Estado de Cabo Verde:		
	A	M	D	A	M	D
José Pereira da Silva, professor de pos.º escolar, contratado da Direcção Nacional de Educação	29	4	27	—	—	—
Fernando Guilherme Ferreira Pereira, chefe da Divisão de Manutenção dos T.A.C.V... ..	6	10	8	—	—	—
Aurélio Nunes Caldeira, Radiomontador de 1.ª classe dos TACV	13	9	24	—	—	—
Madueno Teixeira Barbosa, Comandante de aviões dos TACV	—	5	22	—	7	5

Por diplomas de provimento de 16 de Janeiro de 1976, visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 26 de Março do corrente ano:

Marcos Evangelista e José Maria Alves Semedo — nomeados, respectivamente, aspirante e dactilógrafo, interinos, da Empresa de Abastecimento, indo ocupar os lugares criados pelo Decreto-Lei n.º 7-G/75.

Os encargos têm cabimento no orçamento privativo da EMPA.

(Os emolumentos devidos serão descontados no primeiro título de vencimentos a abonar-se-lhes).

Por diploma de provimento de 23 de Março de 1976, visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 25 do mesmo mês e ano:

Maria da Luz Almeida Teixeira de Moraes — nomeada dactilógrafa de 3.ª classe, interina, dos Serviços de Correios e Telecomunicações, na vaga de Edna Maria Rocha de Carvalho, por despacho do Camarada Ministro de Transportes e Comunicações de 4 de Fevereiro de 1976.

O encargo tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 1.º, n.º 2, do orçamento privativo do CTT.

(Os emolumentos devidos serão descontados no primeiro título de vencimento a abonar-se-lhe).

Lista de classificação final dos candidatos admitidos ao concurso para o provimento de vagas de locutores da Emissora Oficial, homologada por despacho do camarada Primeiro Ministro, de 29 de Março em curso:

1.º Luís Carlos Magalhães M. Vasconcelos — 11,47 valores.

2.º Luís Vasco Tavares dos Santos de S. Lobo — 10,85 valores.

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos, comunicamos que os diplomas de nomeação dos funcionários da EMPA, a seguir designados, têm efeito retroactivo, a partir do mês de Outubro do ano transacto:

José Maria Fidalgo, escriturário de 1.ª classe;

Marcos Evangelista, aspirante;

Maria de Lourdes C. Almeida, aspirante;

José Maria Alves Semedo, dactilógrafo.

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, na Praia, 2 de Abril de 1976. — O Director, *João de Deus Maximiano*.

oço

MINISTÉRIO DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL

Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública

Departamento da Polícia Económica e Fiscal

Despacho do Camarada Director Nacional de Segurança e Ordem Pública, dado por delegação do Camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional:

De 22 de Março de 1976:

Belmiro Coelho de Carvalho, guarda de 2.ª classe n.º 273/609, em serviço na Secção da Polícia Económica Fiscal da Praia — transferido, por conveniência de serviço para a Alfândega de Espargos.

Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública (Departamento da Polícia Económica Fiscal), na Praia, 24 de Março de 1976. — O Chefe do Departamento, *Nelson Ferreira Santos*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS

Direcção Nacional de Educação

Despacho do camarada Ministro de Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

De 23 de Janeiro de 1976:

Nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 43 913, de 14 de Setembro de 1961, são nomeados professores de serviço eventual do ensino secundário, os seguintes indivíduos para prestarem serviço nos estabelecimentos de ensino

que adiante se indicam, devendo entrar imediatamente em exercício, por urgente conveniência de serviço público, reconhecida por despacho da mesma data, nos termos da alínea a) do § 1.º do artigo 1.º do Decreto n.º 24 800, de 20 de Dezembro de 1934, conjugado com o artigo 29.º do Decreto n.º 43 041, de 1 de Julho de 1960:

Escola de Habilitação de Professores de Posto:

Luciano da Veiga — com efeito a partir de 21 de Janeiro.

De 28:

Gabriela Augusta Ramos e Armando Jesus Lima Júnior — exonerados, a seu pedido, das funções de professores de serviço eventual do ensino secundário.

De 17 de Fevereiro:

Nildo Hubert Braão de Almeida — exonerado, a seu pedido, do cargo de professor de serviço eventual da Escola Preparatória de Santa Catarina.

De 17 de Março:

José Augusto Brito — nomeado para o ano lectivo de 1975/76, nos termos do artigo 51.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964, conjugado com o artigo 4.º do Decreto n.º 48 833, de 15 de Janeiro de 1969, devendo entrar imediatamente em exercício, por conveniência de serviço público, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos da alínea a) do § 1.º do artigo 1.º do Decreto n.º 24 800, de 20 de Dezembro de 1934, conjugado com o artigo 29.º do Decreto n.º 43 041, de 1 de Julho de 1960, professor de serviço eventual de Educação Física da Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar.

De 17:

Escola Preparatória da Praia:

Domingos Tavares Monteiro.

Konlnevna Tatiana Nicolaevna.

Maria Helena de Lagos Pina Ramos.

Externato da Brava:

José Maria Feijó Pinheiro.

Liceu «Ludgero Lima»:

Maria da Graça Barbosa Bárrio Vieira de Morais.

De 19:

Concelho da Praia:

Maria Amélia Garcia Mendes, monitora escolar, com colocação no Posto Escolar n.º 156, de Água de Gato — transferida, a seu pedido, para o Posto Escolar n.º 208, de Achada de Santo António:

Despacho do camarada Ministro das Finanças:

De 12 de Março de 1976:

Maria do Livramento Duarte Lopes, professora do quadro do ensino primário elementar — incluída na categoria

correspondente à letra «N» do § 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, de acordo com o artigo 4.º do Decreto n.º 44 777, de 7 de Dezembro de 1962, nova redacção dada pelo artigo 18.º do Decreto n.º 45 235, de 7 de Setembro de 1963, com efeitos a partir de Dezembro de 1975.

Despacho do camarada Minis.ro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 15 de Março de 1976:

Valdemar da Rosa Barbosa, professor de posto escolar, contratado — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde deste Estado, emitido em sessão de 11 do corrente mês:

«Ao examinado devem ser concedidos sessenta dias para tratamento findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

Direcção Nacional de Educação, na Praia, 30 de Março de 1976. — O chefe do Departamento do pessoal, *Pedro Nascimento Gomes*.

—o—

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção Nacional das Obras Públicas

Despacho do Coordenador da Direcção do Hospital de S. Vicente de 22 de Março de 1976, por delegação do camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

Zacarias Delfino Delgado, auxiliar de armazém contratado da Direcção Nacional das Obras Públicas — homologado o seguinte parecer emitido pela Junta de Saúde de Barlavento em sua sessão de 18 de Março de 1976:

«Que o examinado deve ser enviado para o exterior e tratado num centro de oftalmologia, devendo regressar a esta Junta com relatório médico. Dadas as queixas apresentadas deve ser evacuado com urgência».

Direcção Nacional das Obras Públicas na Praia, 30 de Março de 1976. — O Director Nacional, *Adriano de Oliveira Lima*.

—o—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Repartição de Gabinete

RECTIFICAÇÃO

Na Portaria n.º 8/76, inserta a páginas 117 do *Boletim Oficial* n.º 13/76, artigo 101.º linha 4:

onde se lê: «tendo por objectivo promover». deve ler-se: «tendo por objecto promover».

Repartição de Gabinete do Ministério da Justiça, na Praia, 31 de Março de 1976. — Pelo Chefe de Gabinete, *Alcina Freire Frederico*.

Conselho Nacional de Justiça

Extractos de douts acórdãos:

Relator: Camarada Dr. Raúl Querido Varela, Juiz-Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Processo n.º 1/76:

Comissão Administrativa da Câmara Municipal do concelho de S. Vicente, pela sua gerência, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por douto acórdão de 12 de Março de 1976, com a receita de 23 845 811\$35,

a despesa de 18 013 194\$31 e o saldo de 5 832 617\$04, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 29/76:

Horácio Lubrano Barbosa, como chefe da Estação Radiotelegráfica Postal do Maio, de 1 de Janeiro a 30 de Abril de 1974, julgado quite por douto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 19 224\$20, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 30/76:

Maria Teresa Rodrigues Baptista, como chefe da Estação Radiotelegráfica Postal do Maio, de 1 de Maio a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por douto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 23 021\$20, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 31/76:

Armindo da Luz Monteiro, como chefe da Estação Radiotelegráfica Postal do Aeroporto do Sal, de 1 de Novembro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por douto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 157 480\$33, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 32/76:

Armindo da Luz Monteiro, como chefe da Estação Radiotelegráfica Postal do Aeroporto do Sal, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por douto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 616 293\$33, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 33/76:

Manuel António Fontes, como chefe da Estação Telégrafo Postal da vila de Ribeira Grande, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por douto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 54 482\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 34/76:

Manuel António Fontes, como chefe da Estação Telégrafo Postal da vila de Ribeira Grande, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por douto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 36 110\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 35/76:

Maria Luiza Duarte Santos Delgado, como chefe da Estação Telégrafo Postal do Espargo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgada quite por douto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 40 543\$90, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 36/76:

Maria Luiza Duarte Santos Delgado, como chefe da Estação Telégrafo Postal do Espargo, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por douto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 44 863\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 37/76:

Manuel Nascimento Livramento, como chefe da Estação Radiotelegráfica da Praia, de 1 de Janeiro a 5 de Novembro de 1974, julgado quite por douto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 18 357\$70, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 38/76:

Maria Teresa Barros Afonseca, como chefe da Estação Radiotelegráfica da Praia, de 6 de Novembro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 208 469\$60, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 39/76:

Comissão Administrativa da Câmara Municipal do concelho de S. Nicolau, pela sua gerência, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com a receita de 2 861 812\$30, a despesa de 1 435 653\$70 e o saldo de 1 426 158\$60, a transitar para a gerência seguinte.

Relator: Camarada Dr. Baltazar Lopes da Silva, Juiz do Conselho Nacional de Justiça.

Processo n.º 40/76:

Pedro Ciriaco da Rocha Costa Nascimento, como chefe da Estação Telégrafo Postal do Paúl, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 31 222\$60, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 41/76:

Ilídia Gonçalves Napoleão Fernandes, como chefe da Estação Postal da Praia, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgada quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 798 832\$96, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 42/76:

Afonso Carlota Pires, como tesoureiro do Posto de Despacho de Sal-Rei, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, sem saldo algum a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 43/76:

Maria Rosa Silva Ferreira, como chefe da Estação Radiotelegráfica Postal da vila de Nova Sintra, de 1 de Janeiro a 11 de Agosto de 1974, julgada quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 78 046\$30, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 44/76:

Luís Lino Gomes, como chefe da Estação Telégrafo Postal de Santa Catarina, de 25 a 30 de Junho de 1974, julgado quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 76 488\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 45/76:

Felismino Spencer Lopes, como chefe da Estação Urbana da Fazenda, de 2 de Abril a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 30 435\$90, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 46/76:

Adolfo Tavares dos Santos, como tesoureiro do Posto Fiscal do Porto Inglês-Maio, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 12 de

Março de 1976, com o saldo de 102\$60, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 47/76:

Filipe Lopes de Jesus, como chefe da Estação Radiotelegráfica-Postal dos Mosteiros, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 22 718\$60, a transitar para a gerência seguinte.

Relator: Camarada Dr. César Augusto Mendes Fernandes, substituto dos Juizes do Conselho Nacional de Justiça.

Processo n.º 48/76:

Comissão Administrativa do concelho do Maio, pela sua gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1972, julgada quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com a receita de 249 979\$19, a despesa de 153 156\$18, e o saldo de 96 823\$01, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 49/76:

Comissão Administrativa do concelho do Maio, pela sua gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgada quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com a receita de 241 121\$45 e a despesa de 121 105\$13 e o saldo de 120 016\$32, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 50/76:

Comissão Administrativa do concelho do Maio, pela sua gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgada quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com a receita de 256 259\$42, a despesa de 115 034\$13, e o saldo de 141 225\$29, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 51/76:

Orlando de Almeida Vitória, como responsável pelos móveis e utensílios da Recebedoria de Finanças de S. Vicente, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 19 701\$, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 52/76:

Tomás Cecília Marçal, como responsável pelos móveis e utensílios dos Serviços de Obras Públicas e Transportes e das Brigadas de Estrada e Hidráulica, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1974, julgado quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 4 175 354\$80, a transitar para a gerência seguinte.

Processo n.º 53/76:

José Duarte, como responsável pelos móveis e utensílios do depósito de material dos Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones de Cabo Verde, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1973, julgado quite por duto acórdão de 12 de Março de 1976, com o saldo de 3 317 229\$82, a transitar para a gerência seguinte.

Está conforme.

Secretaria do Conselho Nacional de Justiça, na Praia, 23 de Março de 1976. — O Secretário, *Hélio Alves Cordeiro Gomes*.

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

Banco Nacional Ultramarino

Sede em Lisboa — Dependência da Praia (Santiago)

Mês de Dezembro de 1974

Balancete das Dependências deste Banco no Estado de Cabo Verde

ACTIVO

Garantia de Liquidabilidade:

Valores da Reserva Monetária			
Valores Afectos à Reserva Própria do Banco	20 000 000\$00		
Valores Afectos à Reserva da Emissão do Fundo Cambial	290 846 642\$85	310 846 642\$83	
Moeda Divisionária da Província	805 702\$85		
Notas e Moedas Diversas	17 124 936\$11		
Letras Descontadas em Carteira Comercial:			
L/D sobre Praca	31 878 240\$55		
L/D noutras Praças	13 205 581\$50		
L/D sobre outras Praças	379 697\$75		
Aceltes bancários descontados	—\$—		
Letras a Receber de Conta Própria	15 301 454\$20		
Outras L/D em Carteira	2 100\$00	60 767 073\$80	
Sede — Reserva de Liquidabilidade	—\$—		
Carteira de Títulos e Cupões	50 750 000\$00		
Devedores Diversos, a menos de 6 meses	27 300 621\$75		
Empréstimos e c/c Cauccionados a menos de 6 meses	63 180 690\$70		
Dep. noutras Instituições de Crédito	—\$—		
Banco de Portugal — c/Reserva do Fundo Cambial	246 079 790\$70		
Correspondentes	31 054 912\$27		
Fundos Cambiais c/ Emissão Monetária	290 846 642\$83	1 098 797 013\$64	

Outras Garantias:

Letras s/o Estrangeiro	—\$—		
Devedores Diversos	630 010\$10		
Empréstimos e C/C Cauccionados	—\$—		
Participações Financeiras	—\$—		
Inóveis	925 492\$84		
Mobiliário e Material	2 508 971\$20		
Outros Valores Imobilizados	—\$—		
Outros Valores Realizáveis	—\$—		
Diversas Contas de Ordem	355 398 189\$85		
Diversas Contas	654 643 607\$27		
Ouro Amoeado ou em Barra	39 055\$54		
Total		2 112 902 340\$64	

PASSIVO

Créditos Exigíveis de Pronto:

Notas Emitidas	432 520 660\$00		
Notas em Caixa	72 376 600\$00		
Notas para Inutilizar	2 986 030\$00		
Notas Inutilizadas Remetidas à Sede	21 048 060\$00	96 410 690\$00	

Notas em Circulação	336 109 970\$00		
Depósitos à Ordem	125 110 247\$31		
Cheques e Ordens a Pagar	10 709 078\$55		
Credores Diversos, a menos de 6 meses	25 320 482\$93		
Contas com o Estado	114 815 906\$19		
Correspondentes	2 708 907\$95		
Exigibilidades Diversas	38 317\$70		

Fundos Cambiais — C/Meios de Pagamento sobre o Exterior:

Ouro Amoeado ou em Barra	—\$—		
Divisas	290 846 642\$83	290 846 642\$83	905 659 853\$46

Outros Créditos:

Fundo Monetário da Zona do Escudo — c/ Emp. Especiais ao F. Cambial	—\$—		
Credores Diversos	856 427\$52		
Diversas Contas de Ordem	355 398 189\$85		
Diversas Contas	850 987 869\$81		

Total 2 112 902 340\$64

Praia, (Santiago), 18 de Agosto de 1975.—O guarda-livros, Alberto Lopes Almeida—O gerente, Jaime António Levy Varela.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção Nacional da Administração Interna

Secretariado Administrativo da Praia

EDITAL N.º 18/976

Alexandre Ramos de Pina, Delegado da Administração Interna do concelho da Praia.

Tendo José Lopes Vaz, maior, residente em Calabaceira, requerido a este Secretariado Administrativo, a venda de uma porção de lenha que se encontra depositada no antigo Lavadouro, são por este meio convidados os indivíduos interessados na compra da referida lenha, que a venda em hasta pública será feita no dia 5 de Abril do ano em curso à porta deste Secretariado, pelas 15 horas.

E para constar se fez este e outros de igual teor que serão afixados nos lugares de estilo e do costume e publicado no *Boletim Oficial* desta República.

Secretariado Administrativo do Concelho da Praia, 29 de Março de 1976.—O Delegado da Administração Interna, Alexandre Ramos de Pina.

(25)

EDITAL N.º 20/976

Alexandre Ramos de Pina, Delegado da Administração Interna do concelho da Praia.

Tendo Januário da Moura Ferreira, casado, residente no Cidade Velha — Freguesia de Santíssimo Nome de Jesus do concelho da Praia, requerido a este Secretariado Administrativo a concessão de um tracto de terreno, situado dentro do plano da urbanização, medindo 9,50x12m² para construção de uma moradia são convidados os indivíduos que tiverem qualquer reclamação a apôr à concessão referida a fazê-la perante este Secretariado no prazo de sete dias, a contar da data da sua publicação no *Boletim Oficial* desta República.

A venda do terreno em causa será feita em hasta pública à porta deste Secretariado no dia 11 de Abril, pelas 15.30 horas.

E para constar se fez este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo e do costume.

Secretariado Administrativo do Concelho da Praia, 31 de Março de 1976.—O Delegado da Administração Interna, Alexandre Ramos de Pina.

(26)

MINISTÉRIO DE ECONOMIA

Direcção Nacional do Comércio

AVISO

Para os devidos efeitos se informa que foram fixados os seguintes preços para a venda de óleo fula:

Importador—caixa...	527\$30
Retalhista—garrafa de 1 litro...	48\$50

Direcção Nacional do Comércio, na Praia, 1 de Abril de 1976. — Pelo Director, *Manuel Jesus do Nascimento Degado*.

MINISTÉRIO DE TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

Transportes Aéreos de Cabo Verde

ANÚNCIO

1. Faz-se público que, por determinação superior, se acha aberto inscrição, pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*, entre indivíduos do sexo masculino que possuam o curso de electricidade da Escola Comercial e Industrial do Mindelo, para a frequência, no estrangeiro, de cursos de radiomontador, electricista e mecânico de avião, com vista ao exercício de funções nestes Serviços.

2. As condições de admissão são as seguintes:

- Ser natural de Cabo Verde;
- Possuir idade entre os 18 e os 25 anos;
- Ter idoneidade Civil;
- Ter aptidão física para o desempenho do cargo.

3. São condições de preferência:

- Maior classificação no curso da referida Escola;
- Maiores habilitações literárias;
- Falar e escrever, correctamente, português, francês e inglês.

4. Os requerimentos a pedir a admissão à frequência dos cursos devem ser dirigidos ao camarada Ministro de Transportes e Comunicações, em papel selado, com a assinatura devidamente reconhecida, acompanhados de documentos comprovativos das alíneas a) a d) do n.º 2 do presente aviso.

Serviços dos Transportes Aéreos de Cabo Verde, na Praia, 23 de Março de 1976. — O Director, *Anastácio Filinto Correia e Silva*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Conservatória dos Registos da Região de Sotavento

Extracto de portaria:

De 24 de Março de 1976:

Filipe Lopes de Jesus, casado, natural da ilha do Fogo, residente na Vila Nova Sintra — Brava, filho de Ernestina Lopes de Jesus, autorizado a usar e manter o nome de João Filipe Lopes de Jesus, devendo requerer o competente averbamento na Delegação do Registo Civil do Fogo, onde se encontra inscrito o seu assento de nascimento, nos termos do n.º 3 do artigo 173.º do Regulamento do Registo Civil.

Conservatória dos Registos da Região de Sotavento, na Praia, 29 de Março de 1976. — O conservador, *Carlos Marcos Rodrigues*.

(27)

Tribunal Judicial da Região de Sotavento

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

Pelo Juízo de Direito da Região de Sotavento, na acção com processo ordinário n.º 15/75, que corre seus termos pelo Primeiro Cartório, movida pelo autor Alberto dos Santos, casado, motorista, natural da ilha do Fogo, residente em Lém-Ferreira, subúrbios desta cidade da Praia, contra Ana Maria Sousa Nascimento dos Santos, casada, doméstica, natural da ilha de S. Vicente, actualmente ausente em parte incerta do estrangeiro, com última residência conhecida em S. Vicente, é esta ré citada para contestar, querendo, no prazo de vinte dias, que começa a correr depois de finda a dilação de sessenta dias, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, ficando ciente a ré de que a falta de contestação não importa a confissão dos factos articulados pelo autor, cujo pedido consiste no divórcio entre o mesmo autor e a ora ré.

Tribunal Judicial da Região de Sotavento, na Praia, 11 de Fevereiro de 1976. — O Juiz de Direito, *António Caldeira Marques*.

Pelo Escrivão de Direito, *Pedro da Luz Monteiro*.

(28)